



Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

Gestão de Políticas Públicas
Disciplina: Formação Econômica e Social do Brasil

Prof. Dr. José Renato

“Formação do Brasil Contemporâneo”

Autor: Caio Prado Junior

São Paulo – SP - 1996

Editora Brasiliense

Aluno: Wagner Kimura

Nº USP: 6891465

São Paulo

2009

Resenha

Uma breve Introdução

Militante do Partido Comunista, Caio da Silva Prado Junior nasceu em São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo em 1928, exerceu mandato eletivo, alguns cargos dentro do partido político e em 1933 escreveu seu primeiro livro: “*Evolução Política do Brasil*”.

Crítico ferrenho da conjuntura política, inclusive das concepções de seu próprio partido e da esquerda brasileira, obteve grande repercussão e controvérsias com o livro “A Revolução Brasileira”, de 1966, contudo, o livro objeto desta resenha, “Formação do Brasil Contemporâneo” é sem dúvida, aquele que mais contribuiu para o conhecimento sobre o Brasil.

Sob uma ótica profundamente marxista, o autor desvenda os meandros da realidade brasileira desde a colônia até a formação da nação com grande habilidade. Caio Prado Junior supera os autores que também enveredaram por um caminho marxista e se equipara ou supera os demais autores que antagonizaram ou se abstiveram de posicionamento ideológico na interpretação e análise da formação do Brasil. (RICUPERO, 2000)

Além da sua perspectiva marxista, Caio Prado Junior também utilizou conceitos oriundos da Geografia e História, subsídios adquiridos em cursos que não chegou a completar na Faculdade de Filosofia da USP. (DACOL, 2004)

Na concepção de Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Junior está entre os autores dos “livros que inventaram o Brasil”, com esta obra que foi originalmente publicada em 1942.

O conteúdo

O livro está dividido em cinco partes principais, a saber:

1. Introdução – texto único;
2. Sentido da Colonização – texto único;
3. Povoamento – subdividido em quatro capítulos;
4. Vida Material – subdividido em nove capítulos;
5. Vida Social – subdividido em três capítulos.

Como toda introdução o autor estabelece e delimita todo o seu objeto de estudo, iniciando com a formulação de problemas e estabelecendo o período cronológico de seu intento.

Ao tratar da colônia, período que inicia logo após o descobrimento, o autor enfatiza aquilo que chama de “ponto morto”, que é justamente o período final da colônia, quando há a transição para a Nação. Esse período tratado, e principalmente a fase da transição, é colocado por ele como a *“chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje”*.

Procurando entrelaçar o colonial com o contemporâneo, Caio Prado procurou munir a sociedade de fundamentos e pontos de vista que impedissem a continuidade de contradições e a perenidade de injustiças que aplacavam a sociedade naquela época.

Na ótica do autor, a evolução da colônia para o Brasil - Nação, carregava para a contemporaneidade os resquícios de um ranço colonialista que provocava o distanciamento cada vez maior do modelo europeu, onde a ideologia marxista era mais pujante.

O passado colonial nas dimensões geográfica, econômica, social e política, impediam a transição em sua plenitude. Daí a defesa do autor em se aprofundar no passado, para desvendar as entranhas reais do processo evolutivo brasileiro.

Na segunda parte, intitulada de *“sentido da colonização”*, o sistema colonial é esmiuçado de forma a identificar uma das molas propulsoras de sua própria instauração, que é o mercado. A exploração comercial e os interesses mercantilistas transformam as áreas descobertas em colônias fornecedoras de produtos e riquezas para os mercados europeus.

A exploração também decorrente de demandas econômicas, políticas e religiosas fazem das colônias empreendimentos essencialmente comerciais, onde um dos motes era a rentabilidade financeira com o fornecimento de produtos primários de alto valor mercadológico, destacando-se as áreas agrícolas e de mineração.

Para Caio Prado Junior, surgiu na zona tropical “uma sociedade inteiramente original”, díspar da sociedade da zona temperada que ostentava semelhanças bem evidentes com relação à sociedade européia. Para ele, esta última, era um prolongamento da sociedade européia. Além deste fato, o autor analisa a

distribuição demográfica da colônia que promoveu um desequilíbrio de adensamento entre litoral e interior, privilegiando menos este último no início da colonização. Na seqüência, o autor vai discorrendo sobre a ocupação do interior, através das culturas agrícolas (calcadas em monocultura) e destaca em especial a pecuária, apontando-a como um fator relevante de integração do território.

Ao analisar o período colonial, na terceira parte, a do “povoamento”, Caio Prado Junior, não se prende somente a formação territorial e populacional, ela vai além, adentrando em tópicos como o de mobilidade da população, desenvolvimento de cada ciclo econômico, relações comerciais com o exterior e como a sociedade brasileira foi se solidificando e se constituindo. Sua abordagem entra em questões de etnias e raças num emaranhado de controvérsias, limitações, contraposições e demais componentes que apontam para especificidades da nação que emergiu, onde os gentis e os negros eram alicerces dos objetivos colonialistas. Caio Prado Junior traça uma relação entre a miscigenação (“a predisposição do português em cruzar com raças exóticas”) e a formação de nossa nacionalidade.

A questão religiosa também é considerada, desde a sua primeira intervenção com os jesuítas e o antagonismo de suas ações com o cerne da colonização portuguesa.

Entrando na quarta parte, da “Vida Material”, vemos, até pela quantidade de capítulos, o principal conteúdo abordado, e para o qual o autor empenhou maior dedicação. Nele, Caio Prado Junior se aprofunda na análise econômica, onde o atendimento do mercado externo cria vínculos de submissão com as massas produtivas e onde o mercado interno, no período colonial, para ele é pouco significativo. Em algumas situações do livro, como esta, temos a comparação da nossa colonização com o modelo dos Estados Unidos.

Nesta parte serão abordadas as seguintes atividades: grande lavoura, agricultura de subsistência, mineração, pecuária, produções extrativas, artes e indústrias, comércio, vias de comunicação e transporte. Neste ponto as idéias se entrelaçam com as apontadas no “Sentido da Colonização”, onde fica latente a dependência e destinação da produção para fortalecimento do comércio europeu, numa relação de subordinação.

A agricultura, por intermédio de grandes propriedades monocultoras, em detrimento dos camponeses, pequenos produtores e mesmo diante da exploração escravagista em determinados períodos, mantinham e fortaleciam o mercado e a

ciranda financeira da época. Denotava-se então o sentido da colonização, onde os artífices não eram povoadores ou trabalhadores, mas exploradores.

Caio Prado Junior viria a dizer que a “Grande Lavoura” era “o nervo econômico da civilização” e que, com importância maior que o ciclo do pau-brasil, o cultivo de cana de açúcar e posteriormente café, cacau, tabaco, etc. foram determinantes para a ocupação do território brasileiro.

Suas críticas e análises contundentes exploram a temática do comércio exterior e do pífio mercado interno, onde se restringia a comércio local e agricultura de subsistência e que sofria com as taxações e barreiras comerciais impostas pela Coroa Portuguesa.

Com relação às artes e indústrias, Caio Prado Junior aponta ramos importantes como o de manufaturas têxteis e de metalurgia, como pouco pujantes, apesar da abundância das matérias primas existentes por eles utilizadas e a existência de um mercado interno de relativa importância. Caio Prado Junior atesta que nem mesmo esses ramos conseguiram projeção, devido, também, ao peso da concorrência inglesa, especialmente no caso da indústria têxtil. A análise da estrutura econômica colonial está finalizada nos capítulos dedicados ao comércio e às vias de comunicação e transportes. Tido como o setor capaz de apresentar, melhor que qualquer um dos outros da área de produção, o cerne de uma economia, o mercado colonial mostraria para o nosso autor, o ápice da vida material da Colônia. Com isto, seu eixo fundamental é o da exportação, pela via marítima, dos produtos tropicais, do ouro e do diamante monopolizados pela Coroa portuguesa.

Para complementar a temática da “Vida material” no Brasil - Colônia, Caio Prado Junior ressalta o caráter difícil e lento das vias de comunicação e transportes, ele diz: “que imprimem às relações da Colônia um ritmo lento e retardado”. Comenta ainda que são responsáveis potenciais “pelo tom geral de vida frouxa que caracteriza o país”.

Sempre pontuando com resultados conclusivos, Caio Prado Junior emite juízos de valor severos com relação à colonização portuguesa, mostrando todos os efeitos espúrios e nocivos do monopólio empregado, chegando, no caso da mineração a tecer o seguinte comentário: “O ouro e os diamantes então fizeram perder o resto da cabeça e bom senso que sobravam à metrópole”. Em outra passagem conclusiva, Caio Prado Junior diz: “Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento,

pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inépcia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.

Na quinta parte, a da “Vida Social”, Caio Prado Junior trata de outros aspectos como o da *organização social, administração e vida social e política*, abordando a sociedade no que tange sua estrutura e estratificação, a burocracia dos entes governamentais e a vida social com ênfase nas suas dimensões políticas e de exercício do poder. Neste ponto, o autor aponta a escravidão como uma identidade da sociedade brasileira, devido a sua importância para a constituição de “todos os setores da vida social”. No decorrer do texto surge a perplexidade do autor quanto ao uso de preceitos morais arcaicos, geralmente em busca de enriquecimento, utilizando-se de práticas comerciais escravagistas. Uma realidade que para ele é o prenúncio de problemas sérios para o futuro da nação. Em tons mais exaltados, Caio Prado Junior critica esse modelo escravagista, colocando-o como capaz de corromper, degradar e ser agente de deformação moral e intelectual da sociedade. Apesar de todo este furor, seus comentários minimizam um pouco os comentários preconceituosos que são recorrentes no decorrer do livro, como, por exemplo, em certas denominações usadas como “pretos boçais” e “índios apáticos”. No uso dessas denominações, o autor aponta os negros e índios como um dos motivadores do comprometimento da economia, pois entre negros e índios (mão-de-obra escrava) e senhores de escravos surge uma massa de desvalidos que não passam de ônus para a sociedade.

Outro ponto tratado pelo autor é o fato de que a escravidão e as relações advindas dela constituíam setores organizados da sociedade, enquanto que o restante da sociedade que ficava à margem destas relações mantinham grande desorganização e falta de unidade.

Outra análise do autor é quanto o surgimento de uma sociedade sem organicidade social, decorrente da liberdade que vai sendo conquistada, num universo de mercantilismo e escravagismo, e é desse corpo disforme e com pouca consistência que irá se formando a nação e, por conseguinte, a sociedade contemporânea brasileira. A sociedade com grandes disparidades onde os mais poderosos e abastados podem se servir de produtos e benesses que o poder econômico proporciona, vindos da Europa, e onde os menos afortunados são cerceados de regalias. Neste momento vemos a efusão de seu discurso marxista.

Neste sentido, o autor comete um grande equívoco quando aponta as relações comerciais do período colonial como se fosse o sistema capitalista brasileiro, apesar das análises coerentes sobre a formação econômico-social brasileira da época colonial, definida por ele como “um escravismo mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores de troca para o mercado internacional”

Suas críticas são direcionadas ao regime político e administrativo estabelecido pela Coroa, refletido no completo isolamento a que fomos submetidos. O autor tece críticas ferrenhas à demora na tramitação de processos e julgamentos. Na política fiscal, precisamente no ciclo da mineração ele aponta como “o capítulo mais negro talvez da administração colonial portuguesa”. Caio Prado Junior responsabiliza os mandatários portugueses como os instauradores de um sistema de educação precário e como causadores do baixo nível cultural e intelectual da Colônia. Contudo estes últimos pontos são considerados aspectos menos profundos do sistema que orientou a colonização brasileira.

Para ele, a justiça era muito onerosa, morosa e inacessível para a grande massa da população (para os escravos chegou a uma quase inexistência), a insegurança generalizada, o orçamento deficitário, a pouca importância e ênfase dada aos serviços públicos de educação, saúde pública, saneamento e infraestrutura, bem como a atribuição de conduta imoral para a administração pública, muito em virtude dos altos índices de corrupção.

Seu tom de indignação e de condenação moral é severo ao observar a capacidade que teve a Europa de empreender práticas condenáveis e dicotômicas com os valores éticos que permeavam a civilização ocidental moderna, em colônias como a brasileira.

Resultante das práticas empreendidas na colônia quanto à disseminação de trabalho escravo nos diversos setores da economia brasileira, houve uma consolidação de uma ética negativa de desvalorização do trabalho, destinando aos homens livres pequenas margens e campos de atuação à margem das atividades principais da época.

O autor também destaca a questão familiar, atribuindo ao “clã patriarcal”, lugar de destaque na formação da sociedade brasileira. Seus entendimentos, neste ponto, estão em sintonia com outros autores que não compactuavam da visão marxista, como Gilberto Freire. Segundo ele, a importância do clã está relacionada à

economia, à administração, ao desenvolvimento social e até a disseminação de dogmas religiosos. Já numa outra condição, o autor coloca os comerciantes que apesar de não serem detentores de prestígio e respeito, exerciam considerável poder sobre a sociedade. Em alguns casos, os comerciantes chegavam a fazer frente aos grandes proprietários de terra.

Com relação à religião, Caio Prado Junior, neste capítulo da administração colonial, dá uma ênfase especial à Igreja. Define a religião como um centro de grande importância e autonomia, não só pelo respeito e deferência que merece, mas pelo reconhecimento de seu poderio em difundir os dogmas e preceitos da coroa, ou na indução de seus intentos. O autor assim comenta: “se tornara um simples departamento da administração portuguesa e o clero secular e regular seu funcionalismo”,

O autor era uma espécie de metralhadora, estabelecendo seu alvo e direcionando os tiros para todos os componentes desse alvo, porém suas análises são engendradas com uma relativa coerência marxista e ideológica. Porém suas colocações refletem muito o preconceito arraigado naquela época na sociedade. Preconceitos não velados sobre índios, negros, mulheres, inválidos e menos capazes, discurso corriqueiro e usual em rodas sociais e um total descaso com os movimentos culturais diferentes. Para ele, havia uma completa ausência de nexos moral, onde, com certa fragilidade, a integridade social era fruto das relações de trabalho e de produção, ou relações de subordinação entre proprietários (senhores) e escravos.

Nas análises de dados acabam ficando evidentes os fundamentos de psicologia e caráter inerentes ao autor, novamente desponta parte de seu conhecimento acadêmico e sua total idiosincrasia.

Com a independência e formação de um Estado Nacional, num período enervante, onde eram evidentes os conflitos de toda ordem, envolvendo os latifundiários e o comércio português, o agricultor servil ou o escravo e o senhor de engenho, o branco e o mulato, o vendeiro e o desfavorecido, estes eram considerados pelo autor como meras manifestações multifacetadas de contradições originárias de discrepâncias da base econômica do sistema colonial. Esses conflitos acabam prejudicando a formação de uma nação e gerando empecilhos para a constituição de unidade social econômica e política bem estruturada e organizada.

Porém ao entrelaçar o contemporâneo com o colonial, ou seja, o novo e o velho na formação econômica e social brasileira, Caio Prado Junior, com sua visão marxista, inovou e trouxe uma interpretação da implantação do capitalismo no Brasil divergente dos teóricos de esquerda que possuíam intransigentes ideologias. Para ele o moderno se alimentou e se alimenta do antigo numa relação de complementaridade que propicia um desenvolvimento da sociedade.

Por isso, seu livro ganha um caráter único de originalidade, comprovada nas inúmeras edições que se sucedem e que não sofreram alterações, adaptações ou atualizações e emparelham sua obra com a de demais ícones que analisaram a formação da nação, sendo referencial de estudos nos dias de hoje.

Referências bibliográficas

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, sd.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia do Livro, sd.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. Adendo à Revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 14, [19?].

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da USP; Fapesp. Ed. 34, 2000.

DACOL, Leticia Villela, A Idéia de *Formação em* Caio Prado Júnior, Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.